

Resolução do Tribunal Superior Eleitoral nº 21.009, de 5 de março de 2002, e 21.367, de 20 de março de 2003.

#### RESOLVE:

Art. 1º A competência para julgar os recursos eleitorais será exercida por um juiz de direito da respectiva comarca, em rito comum (CE, art. 32).

§ 1º Nas faltas, férias ou impedimentos do titular, a jurisdição eleitoral será exercida pelo substituto de seu subentendente ou a tabela do Poder Judiciário Estadual.

§ 2º Poderá o Corregedor Regional Eleitoral, mediante formal justificativa, deferir o exercício da jurisdição eleitoral ao magistrado que não é da tabela do Poder Judiciário Estadual.

§ 3º Na Capital, os juízes eleitorais serão substituídos uns pelos outros, mediante designação do Tribunal, delegada ao Corregedor Regional Eleitoral (Res. TSE 21.009/03, art. 3º, § 2º).

Art. 2º Nas comarcas com mais de uma vara, caberá ao Tribunal, a partir da indicação do Corregedor Regional Eleitoral, designar o juiz de direito que exercerá as funções de juiz eleitoral pelo período.

§ 1º A designação do juiz eleitoral dependerá de unânime do interessado, endereçada ao Corregedor Regional Eleitoral, quando da abertura de prazo para tal fim, publicado o competente edital (Res. TSE 21.009/03, art. 3º, § 3º).

§ 2º Na Capital, a indicação do juiz eleitoral, obedecidas as critérios definidos nesta Resolução, deverá ocorrer em magnificado resumo no prímero quinquagésimo dos juizes de direito apontados no art. 1º, § 1º, da tabela do Poder Judiciário. Nesse caso, o critério para escolha será o merecimento do magistrado, afiado pela apropriação e eficiência no exercício das jurisdições eleitoral e comum, segundo dados colhidos junto às respectivas Corregedorias (Res. TSE 21.009/03, art. 3º, § 2º).

§ 3º Os juízes que contarem com dois ou mais na jurisdição eleitoral deverão assumir os magistrados designados pelo Tribunal Regional Eleitoral, obedecendo ao critério estabelecido na mesma Zona Eleitoral, em bônus alternados, estariam destinados à hipótese de inexistência de magistrado que, na Comarca, não tenha exercido, ainda, a tutelação da jurisdição eleitoral.

§ 4º O Tribunal poderá, excepcionalmente, pelo voto de cinco (5) dos seis membros, afastar o critério indicado no parágrafo anterior, para conveniente objecção de serventia, quando não houver magistrado da tabela. Nesse caso, o critério para escolha será o merecimento do magistrado, afiado pela apropriação e eficiência no exercício das jurisdições eleitoral e comum, segundo dados colhidos junto às respectivas Corregedorias (Res. TSE 21.009/03, art. 3º, § 2º).

§ 5º Os juízes que contarem com dois ou mais na jurisdição eleitoral deverão assumir os magistrados designados pelo Tribunal Regional Eleitoral, obedecendo ao critério estabelecido na mesma Zona Eleitoral, em bônus alternados, estariam destinados à hipótese de inexistência de magistrado que, na Comarca, não tenha exercido, ainda, a tutelação da jurisdição eleitoral.

§ 6º Nas faltas, férias ou impedimentos do titular, permanecerão automaticamente o exercício do titular, entre três meses antes e dois meses após as eleições (Res. TSE 21.009/03, art. 6º).

Art. 3º Nas comarcas com mais de uma vara, caberá ao Corregedor Regional Eleitoral, deferir a um dos respectivos juízes eleitorais o exercício das funções de juiz-cooperador das zonas eleitorais (art. 20, X, RI-TRE/RS).

Art. 4º O juiz eleitoral, ao assumir a jurisdição, comunicará à Corregedoria Regional Eleitoral o termo inicial, para os devolutos finis.

Parágrafo único. A Corregedoria permanece permanente no cargo de juiz eleitoral, nomeado pelo Presidente, mediante prévia indicação do Corregedor Regional Eleitoral. O cargo de corregedor permanece no cargo de juiz eleitoral, mesmo faltas ou impedimentos, até seu subsequente integrante do quadro permanente da Justiça Eleitoral, preferencialmente lotado na respectiva zona eleitoral. Esta substituição deverá ser previamente comunicada, pelo magistrado competente, à Corregedoria.

III - DA ESCRIVANIA ELEITORAL NO VUTOR DO ESTADO

O juiz eleitoral fará a indicação de titular de escrivania, em efetivo exercício na comarca, exercer as atribuições de escrivão eleitoral, pelo período de 01 (um) ano, conforme o art. 1º, § 1º.

§ 1º A indicação referida no caput deste artigo deve ser dirigida ao Corregedor Regional Eleitoral (art. 32, VI, do RI-TRE/RS).

§ 2º Nas faltas, férias e impedimentos do titular ou, na vacância da função, até seu provimento efetivo pelo TRE, a escrivania eleitoral será exercida por substituto designado na forma prevista pela lei de organização judiciária local ou conforme entendimento do Juiz Eleitoral, mediante prévia comunicação à Corregedoria Regional Eleitoral (CE, art. 33, § 2º).

IV - DA CHEFIA DE CARTÓRIO NO INTERIOR DO ESTADO

Art. 1º A indicação fará a indicação de serventuário, lotado no respectivo cartório eleitoral, para exercer as atribuições de chefe de cartório.

§ 1º O chefe de cartório eleitoral, a indicação referida no caput deste artigo deverá ser dirigida ao Corregedor Regional Eleitoral, relator dos processos julgados no Piso do Tribunal, a quem incumba a designação da chefe de cartório como titular (art. 32, VI, do RI-TRE/RS).

§ 2º A indicação de serventuário para a chefia de cartório deverá recorrer, preferencialmente, em servidão do quadro permanente da Justiça Eleitoral.

Art. 2º Na impossibilidade de aplicação do disposto no art. 1º, o chefe de cartório eleitoral, indicado pelo Poder Judiciário, estadual ou municipal, pedirá ao requisitado pela Justiça Eleitoral.

Parágrafo único. Caso a intenção do servidor seja concomitante à indicação, esta deverá ser acompanhada da qualificação completa, com documento comprobatório da cedência/requisição em que constem o período de cedência/requisição, órgão público de origem e se ocupante de cargo eleitoral ou em comissão.

Art. 3º Nas faltas, férias e impedimentos do titular, permanecerá a função, até seu provimento efetivo pelo TRE, à chefia de cartório eleitoral será exercida por servidor público lotado na referida comarca, com prévia comunicação à Corregedoria Regional Eleitoral.

V - DOS IMPEDIMENTOS

Art. 1º Não poderá servir como juiz eleitoral o cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau de parentesco, parente consanguíneo ou afim, de circunscritas, durante o período entre o ingresso de candidatos ao cargo e a posse deles.

Art. 2º Não poderá servir como escrivânia eleitoral, diretora ou chefe de cartório, sob pena de demissão, o membro de diretório de partido político com jurisdição na zona eleitoral, nem o candidato a cargo eleitoral, seu cônjuge e parente consanguíneo

ou afins a ele no segundo grau (CE, art. 33, § 1º).

Art. 3º Este Regulamento entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sesões do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no dia 24 de maio de 2003 do ano de dois mil e três.

Des. Alfredo Guilherme Englebert, Presidente.

Des. Paulo Augusto Maia Lopes, Vice-presidente, Corregedor Regional Eleitoral.

Des. Prof. Nelson Luiz Volpert de Castilho, Dr. Rolf Hansen Wiedensek

Dr. Teixeira Saes Durbary

Dr. Myles Maria Michel

Dr. Lúcia Leibling Kaplinke

Dr. Francisco de Almeida Vieira Samanversa, Procurador Regional Eleitoral.

Editorial de Citação Criminais 1/9829652

Editorial de Citação Criminais 11. VARA CRIMINAL FORTALEZA CENTRAL

Prazo de 15 dias (art. 362 do CPP)

ACORDO CRIMINAL E EXTRAMURISMO





ATA DE LEILÃO

PROC.: 107505852

**FALÊNCIA DE MOBILI INCORPORADORA E CONSTRUTORA S/A**

Aos vinte e quatro dias do mês de Julho do ano de dois mil e três, às 14:30 horas, à Rua Frederico Mentz, nº 901, nesta cidade de Porto Alegre/RS, devidamente autorizado pelo Meritíssimo Juiz do feito e na presença do Síndico e da Representante do Ministério Público, foi realizado pelo Leiloeiro Oficial Rubem Rodrigues Garcia, o Leilão Público do bens pertencentes ao acervo da Massa Falida acima referida. Após preenchidas as formalidades legais e de estilo, foi dado início ao Leilão, conforme discriminação a seguir:

LOTE	DISCRIMINAÇÃO DO BENS	ARREM. R\$
201	O apartamento nº 106, Bloco A, do Conjunto Residencial Torres do Sul, com entrada pelo nº 3075 da Av. Cavalhada, localizado no andar térreo, com área privativa de 44,20m <sup>2</sup> e total de 55,93m <sup>2</sup> . Matrícula nº 70.957 do RI da 3ª Zona de Porto Alegre/RS. Arrematante: <b>ALEXANDRE FERREIRA SOARES, CIC: 705567410-72, RG: 3037293507, brasileiro, solteiro, maior, advogado, estabelecido à Av. Plínio Brasil, Milano, 143 conj. 408, em Porto Alegre/RS.</b>	30.400,00
202	O apartamento nº 206, Bloco B, com entrada pelo nº 3081 da Av. Cavalhada, localizado no 1º andar ou 2º pavimento, de frente, com área privativa de 57,71m <sup>2</sup> e total de 72,50m <sup>2</sup> . Matrícula nº 71.212 do RI da 3ª Zona de P. Alegre/RS. Arrematante: <b>PRISCILA DIEHL, CIC: 948.130.860-04, RG: 4069675141, solteira, maior, securitária, residente à Rua Cabral nº 474, Bairro Rio Branco, em Porto Alegre/RS.</b>	40.000,00
203	O Box nº 44 do Conjunto Residencial Torres do Sul, com entrada pelo nº 3075 da Av. Cavalhada, descoberto, com área privativa de 12,00m <sup>2</sup> e área total de 12,04m <sup>2</sup> . Matrícula nº 74.144 do RI da 3ª Zona de Porto Alegre/RS. Arrematante: <b>PRISCILA DIEHL, CIC: 948.130.860-04, RG: 4069675141, solteira, maior, securitária, residente à Rua Cabral nº 474, Bairro Rio Branco, em Porto Alegre/RS.</b>	6.500,00

846 2

204	02 birôs c/ 03 gavetas em cerejeira; 01 cadeira giratória espaldar alto, tecido marron; 02 cadeiras giratórias, tecido marron; 01 cadeira fixa em tecido marron; 02 mesinhas p/máquina de escrever; 01 birô c/03 gavetas, tampo em fórmica; 01 mesinha de centro em madeira; 01 mesa de reunião tampo em fórmica; 04 calculadoras das marcas :Sharp, Citoh e Dismac; 01 circulador de ar marca Faet; 05 fichários de acrílico; 01 transformador PC; 01 mesinha c/02 gavetas em cerejeira; 01 fichário c/02 gavetas em cerejeira; 01 birô c/03 gavetas e tampo em fórmica; 01 armário fichário c/04 gavetas, madeira; 01 armário c/02 portas em madeira; 01 máquina de escrever manual Facit; 01 sofanete de tecido; 15 estantes de metalon. Arrematante: <b>COELHO COM. DE MÓVEIS LTDA</b>	300,00
-----	---	--------

Nada mais tendo a constar, lavro a presente Ata que vai, na forma da Lei, devidamente assinada.

  
**Rubem Rodrigues Garcia**  
Leiloeiro Oficial

  
**Ministério Público**

**Síndico**



COMARCA DE PORTO ALEGRE  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CARTÓRIO DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

PODER  
JUDICIÁRIO

CARTA DE ARREMATAÇÃO

PASSADA A FAVOR E REQUERIMENTO MARTHA DE LEÃO LEMIESZEK, CIC 140.220.440-04, RG 3002528119, BRASILEIRA, DIVORCIADA, ADVOGADA, RESIDENTE RUA SANTO INÁCIO Nº 321 APTO. 902 PORTO ALEGRE-RS, E EXTRAÍDA DOS AUTOS DO PROCESSO FALIMENTAR Nº 00107505852 DE MOBILI INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA, INSCRITA NO CNPJ 92.945.302/0001-50.

O EXMº SR. DR. JORGE LUIZ LOPES DO CANTO, JUIZ DE DIREITO DO 2º JUIZADO DESTA VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS, COMARCA DE PORTO ALEGRE - RS.,

FAZ SABER que, perante este Juízo e Cartório do Escrivão que esta subscreve, se processam os termos do processo falimentar Nº 00107505852, no qual, por ocasião do leilão dos bens da Massa Falida supracitada, foi arrematado por MARTHA DE LEAO LEMIESZEK, acima qualificada, O CONJUNTO Nº 201 DO EDIFÍCIO SITO À RUA HILÁRIO RIBEIRO Nº 294, COM ÁREA TOTAL DE 70,07M<sup>2</sup> E ÁREA PRIVATIVA DE 41,84M<sup>2</sup> E O CONJUNTO Nº 202, DO EDIFÍCIO SITO À RUA HILÁRIO RIBEIRO Nº 294, COM ÁREA TOTAL DE 64,14M<sup>2</sup> E ÁREA PRIVATIVA DE 38,34M<sup>2</sup>, AMBOS DE FUNDOS E LOCALIZADOS NO 1º ANDAR OU 2º PAVIMENTO, SITUADOS NO BAIRRO MOINHOS DE VENTO, NO QUARTEIRAO: RUAS HILÁRIO RIBEIRO, PADRE CHAGAS, LUCIANA DE ABREU E 24 DE OUTUBRO. MATRÍCULAS 84.370 E 84.373 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA 1ª ZONA DE PORTO ALEGRE. Tendo decorrido o prazo sem que houvesse pedido de remição, bem como interposição de embargos à arrematação, pelo Dr. Juiz foi determinado que se expedisse a presente carta, com as peças inclusas e devidamente autenticadas, a fim de que a arrematante possa usufruir de seus direitos sobre o bem arrematado, na forma da lei, devendo oório imobiliário proceder o cancelamento de eventuais gravames existentes sobre os imóveis em questão, uma vez que a arrematação se deu livre dos referidos ônus. Passado aos vinte e dois (22) dias do mês de agosto do ano de dois mil e três (2003). Eu, ~~Eduardo~~, José Ademir de Abreu Teixeira, escrivão, subscrovo.

JORGE LUIZ LOPES DO CANTO ,  
Juiz de Direito.